

Resenhas

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura, leis e números por detrás das letras*. São Paulo, Ática, 2001, 183 p.

Barbara Heller*

Marisa Lajolo e Regina Zilberman, autoras de diversas obras referentes à história dos livros e da leitura no Brasil, como o consagrado *A formação da leitura no Brasil*, publicado em 1996 pela editora Ática, acabam de lançar, pela mesma editora, *O preço da leitura – leis e números por detrás das letras*.

Se na obra de 1996 o enfoque residia no leitor, cuja história se iniciou a partir da expansão da imprensa, da ampliação do mercado do livro, da difusão da escola e da alfabetização em massa das populações urbanas, em *O preço da leitura* é o escritor que ocupa as suas quase 180 páginas.

Por isso, as autoras partem de uma cronologia muito mais ampla que a da *A formação da leitura*, pois a prática da escrita, ainda que tenha sido efetuada por uma minoria de alfabetizados, é anterior à democratização da leitura.

É isto o que se conta no primeiro capítulo, “Privilégios, títulos e propriedades”. Decretos datados de 1431, que isentavam de taxas os importadores de livros em Portugal, documentos que registram o início da instalação da imprensa em Portugal em 1508, e a instalação da censura da Igreja por meio da publicação do *Index Librorum Prohibitorum*, em 1564, são alguns dos exemplos que as

* Universidade Paulista – Unip/Faculdades Renascença.

autoras recuperam e analisam, mostrando ao leitor que a escrita, ainda antes da invenção de Gutemberg, era suficientemente praticada para que a Igreja e governantes sentissem necessidade de produzir mais textos escritos, a fim de garantir a manutenção dos bons costumes e a preservação de privilégios a editores ou, mais raramente, a escritores.

Pode-se dizer que o ano de 1605, quando Miguel de Cervantes publica *O engenhoso fidalgo Don Quixote de la Mancha*, e o de 2001, quando escritores publicam pela Internet, representam, respectivamente, o início e o fim do período ao longo do qual as autoras analisam “o passado de escritores e da história da literatura de uma perspectiva mais complexa e materialista, [recompondo] peças perdidas no caminho, para iluminar melhor a condição do escritor enquanto profissional da escrita. Esta condição tem características singulares no espaço da sociedade contemporânea, burguesa e capitalista e mais singulares ainda no mercado brasileiro. A compreensão desta singularidade – tal como foi sugerida – veio do exame de matérias de diferentes procedências, situadas para além do campo literário, tais como legislação, contrato de direitos autorais, pronunciamentos de escritores, correspondência pessoal e obras literárias cujo interior tematizava os efeitos das relações do escritor com o mercado e com a sociedade”.

Este parágrafo, que praticamente encerra o livro, explicita a perspectiva que as autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman adotaram para analisar a história da literatura: a construção do escritor enquanto categoria profissional, concomitantemente à instalação e à consolidação das primeiras instituições interessadas em organizar as aspirações dos intelectuais brasileiros.

Como lembram as autoras, Mário de Andrade, ainda em 1925, queixava-se da dificuldade de financiar e distribuir a obra *A escrava que não é Isaura*; apenas em 1943 consegue ser plenamente financiado, graças ao sucesso de *Os filhos da Candinha*.

João Ubaldo Ribeiro, ficcionista contemporâneo, que publica via Internet e cobra por isso, é citado como exemplo de profissional ciente de seus direitos autorais (vigentes em nosso país desde 1898!).

Mas não são apenas os homens de letras que são revistos pelas autoras. Os contratos firmados entre Euclides da Cunha e a Laemmert, entre Joaquim Norberto de Sousa e Silva e a Garnier, entre José Feliciano de Castilho e a mesma Garnier, para citar apenas alguns, são parcialmente reproduzidos e analisados com tamanha acuidade, que é possível ao leitor acompanhar a trajetória que estes escritores, de diversas envergaduras e posições políticas, tiveram de percorrer: remunerações distintas para diferentes autores. A alguns o editor bancava sozinho as despesas envolvidas na produção material do livro; a outros, o editor propunha um percentual resultante da venda dos exemplares, mas as despesas corriam por conta do editado.

Apesar desta instabilidade de normas entre escritores e editores, as autoras concluem que, a partir da consolidação de uma prática de contratos, é que se pode notar uma moderna noção de propriedade literária.

A historicização da noção de propriedade literária é um dos vários pontos altos de *O preço do livro*, justamente no capítulo "Contratos e recibos", que aparenta ser o menos palatável, pois é o que reproduz variados tipos de contratos, até então desconhecidos e de difícil acesso à maioria dos leitores.

Não me parece exagerado dizer que este capítulo, que ocupa as páginas centrais do livro, é o que sustenta a argumentação que as autoras desenvolvem desde as páginas iniciais e também nas finais: a de que o autor, que antes não se reconhecia como profissional, passa a ser dono de seu trabalho e a ganhar por ele a partir da consolidação de práticas legais que atribuem direitos e deveres ao editor e ao editado.

Deste momento em diante, e de forma gradual, o escritor passa a se organizar em associações, a se inserir nas diferentes economias em vigência no mundo moderno, a dominar novas tecnologias.

O objeto livro, que deixou de ser propriedade do copista, antes da invenção da imprensa, ou do editor, depois dela, é agora propriedade do autor e torna-se cada vez mais um produto cultural, graças à facilidade de sua reprodução em larga escala e de sua diversidade de comercialização.

Não é por acaso que as autoras fecham o livro com tabelas produzidas pela Câmara Brasileira do Livro, que radiografam numericamente quantidades de exemplares vendidos por canais e redes de distribuição e valores empregados no setor editorial brasileiro de 1990 a 2000.

Com estas amostras as autoras coroam a história que se propuseram a contar: a de que o fenômeno editorial no Brasil é bastante recente, assim como a profissionalização do escritor brasileiro.

As páginas finais, não numeradas, reproduzem desde capas de exemplares raros, como a da *Enciclopédia*, publicada por Diderot e D'Alambert em 1751, até a página da Academia Brasileira de Letras, veiculada pela Internet, com informações relativas a Machado de Assis.

Tal iconografia, acrescentada às imagens que abrem cada um dos sete capítulos, permitem ao leitor tomar contato com a aparência de documentos que deram suporte às análises das autoras e com as diversas modalidades de textos – manuscritos, impressos, com assinatura, anônimos, eletrônicos etc.

A reprodução das notas de rodapé na mesma página em que aparecem no interior do texto é mais um ponto que qualifica a obra, pois tal estratégia torna a leitura mais linear e mais confortável. Os índices de obras citadas e remissivo, também nas páginas finais, são dois outros facilitadores de leitura e de pesquisa.

Senti falta, no entanto, de uma discussão maior que as autoras apenas sugerem, mas que praticamente deixam suspensa: a já velha discussão sobre se as mídias contemporâneas, tais como a internet (e o *e-book*, que não é sequer mencionado), podem representar uma ameaça ao objeto livro tal como o reconhecemos hoje em dia.

Afinal, se Stephen King e João Ubaldo Ribeiro foram citados como autores que fazem uso da tecnologia da internet e sabem cobrar por seus lançamentos, não seria demais problematizar o que estas tecnologias podem significar, não tanto para a prática da leitura, mas para a necessidade de se rever o que se entende por direitos autorais, quando o que dá materialidade ao texto não é mais obrigatoriamente papel, mas digital; quando o leitor não precisa mais necessariamente comprar um livro, mas executar um *download*.

Como inibir a reprodução de um livro virtual? As leis que dificultam a pirataria de livros feitos de papel e tinta protegem os autores de livros produzidos e veiculados pela Internet?

Também senti falta de análises sobre a cultura de massas e o reflexo desse fenômeno sobre a produção editorial brasileira. Afinal, atualmente, não faltam escritores que produzem textos sob encomenda, reproduzidos em grandes tiragens, ou que publicam para aproveitar o momento da fama, ainda que a cultura universitária classifique-os como “menores”.

Assim, autores que acumulam fortunas, escrevendo novelas, romances esotéricos ou de auto-ajuda não são lembrados em *O preço da leitura*, ao contrário de escritores canônicos, que viveram as agruras decorrentes da falta de reconhecimento profissional de sua produção literária.

Talvez estas discussões pudessem render um oitavo e nono capítulos, mas certamente os sete capítulos de *O preço da leitura* cumprirão o mesmo papel que *A formação da leitura no Brasil*: uma

obra de referência obrigatória para os estudiosos, pesquisadores e interessados em história da literatura brasileira.